

O canal mais oculto do imperialismo: breve genealogia da categoria da troca desigual a partir das formulações pioneiras sobre o tema

Leonardo M. Leite¹

Resumo: Analisamos como o pensamento marxista nos anos 1960 e 1970 colocou em primeiro plano a categoria da troca desigual nos estudos sobre o imperialismo. Para isso, após uma breve genealogia do conceito, apresentamos as contribuições de Arghiri Emmanuel e Ernest Mandel, buscando identificar limites e potencialidades dessas abordagens. Um dos resultados encontrados é que a controvérsia entre ambos reside, em parte, em uma falsa dicotomia entre realidade e o conceito sobre essa realidade, derivada da fraca utilização da ideia de tendência. Ademais, mostramos como a teoria marxista da dependência absorve a categoria da troca desigual e formulamos uma síntese, apontando que a troca desigual, enquanto aspecto do imperialismo, deve ser entendida como troca desigual de valores.

Palavras-chave: imperialismo, troca desigual, teoria do valor, teoria marxista da dependência.

Abstract: We analyze how Marxist thought in the 1960s and 1970s had the concept of unequal exchange as the main issue in studies about imperialism. We draw a brief genealogy of the concept and present both Arghiri Emmanuel and Ernest Mandel contributions in order to identify its limits and possibilities. One of the results achieved is that the controversy between them is related to a false dichotomy between reality itself and reality as a concept, since neither of them is used to employ the idea of tendency in their approaches. Moreover, we highlight the manner in which Marxist Theory of Dependency conceived unequal exchange and, finally, we formulate a synthesis suggesting that unequal exchange, if recognized as an aspect of imperialism, should be read as unequal exchange of value.

Palavras-chave: imperialism, unequal exchange, value theory, Marxist Theory of Dependency.

Artigo submetido ao Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019

¹ Professor adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Este artigo corresponde à versão ligeiramente modificada de parte da tese “O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx”.

INTRODUÇÃO

A renovação do pensamento marxista sobre o imperialismo nos anos 1960 e 1970 tem como um de seus principais legados o desenvolvimento da categoria da *troca desigual*. Frente às contradições reais postas pelo desenvolvimento histórico do imperialismo, o marxismo incorporou o comércio exterior ao conjunto de relações imperialistas já descritas na primeira onda de teorizações dos anos 1910. Na verdade, ele não foi apenas incorporado, mas alçado a lugar de destaque no conjunto de fenômenos descritos como imperialistas.

O termo “troca desigual”, contudo, é carregado de ambiguidades². Duas contribuições originais foram as de Arghiri Emmanuel e as de Ernest Mandel. A chamada teoria marxista da dependência, cuja principal referência é Ruy Mauro Marini, toma como pressuposto a “troca desigual”, contribuindo para a ampliação do círculo de teóricos que utilizavam a categoria. É preciso esclarecer, de antemão, que o debate não se restringiu naquele período apenas àqueles autores, mas certamente suas posições estão entre as mais afamadas e influentes.

O debate sobre o imperialismo pela via do comércio exterior também não começou por estes autores, embora apenas com eles tenha se deslocado para o centro das investigações. Como defendi em outro lugar, nos autores principais das chamadas teorias clássicas do imperialismo – Hilferding, Kautsky, Luxemburgo, Bukharin e Lenin – não há indicação especial ao comércio exterior de mercadorias. Toda a ênfase se direciona ao papel das exportações de capital produtivo e capital-dinheiro e às suas consequências econômicas e políticas. Destaca-se também, especialmente pelo livro *A acumulação de capital* de Rosa Luxemburgo, o papel das expropriações como forma característica do imperialismo naquele período histórico. (LEITE, 2017)

Aliás, Carrera (2017), em cujo trabalho lê-se uma crítica com veemência à resolução de Marini, lembra que o primeiro autor no campo marxista a tratar da relação entre imperialismo e comércio exterior foi Otto Bauer em *A Questão Nacional e a Social Democracia* publicado em 1907. Embora publicado antes de *O capital financeiro* de Hilferding ([1910] 1985), base para o desenvolvimento posterior das teorias clássicas do imperialismo, as colocações de Bauer ([1907] 2000, p. 199 *et seq.*) acerca da troca desigual a partir da teoria dos preços de produção não foram incorporadas nas teorias clássicas. Exemplo disso é que o tema nem aparece na obra de Lenin ([1916] 2008), adversário político de Bauer na Segunda Internacional, cuja tese é uma espécie de síntese das teorias clássicas sobre o imperialismo.

² Ao longo deste trabalho o termo “troca desigual” pode ser substituído por “intercâmbio desigual” sem alterar o sentido que queremos fornecer ao conceito. Outros autores, como Borges Neto (2011), preferem referir-se apenas a “intercâmbio desigual” quando se trata do comércio exterior. Embora não concordemos com a instigante tese de Borges Neto (2011), o exame de sua interpretação foge ao escopo deste trabalho.

A suposição de uma equalização internacional da taxa média de lucro através do comércio exterior, ponto de partida para a troca de não-equivalentes, introduzida por Bauer, seria desenvolvida por Henryk Grossmann no clássico *A lei da acumulação e o colapso do sistema capitalista*, publicado em 1929 meses antes do *crash* da Bolsa de Valores de Nova York. Nesta obra, o autor polonês defende que a troca desigual funcionaria como contra-tendência ao colapso das economias capitalistas mais desenvolvidas (GROSSMANN, [1929] 1979).

Embora a genealogia da categoria da troca desigual passe por Bauer e Grossmann no exame das relações comerciais internacionais *entre economias capitalistas* com distintos graus de desenvolvimento das forças produtivas, a categoria também foi utilizada por marxistas no estudo do desenvolvimento das *economias socialistas* de meados do século XX. Preobrazhensky, por exemplo, nos debates econômicos na União Soviética dos anos 1920, defende em sua teoria da acumulação socialista primitiva que os setores estatais da produção deveriam utilizar de trocas desiguais com a esfera privada como mecanismo de “expropriação gradual do setor privado” (FREITAS, 2017, p. 13). Outro exemplo é a acusação pelo governo socialista da Iugoslávia, como parte da ruptura de Tito com Stálin, de que a URSS se beneficiava da troca desigual nas relações comerciais entre os dois países (BROLIN, 2007, p. 50-51).

Após essa brevíssima genealogia da “troca desigual”, podemos afirmar com segurança que a categoria já era utilizada por autores marxistas desde o começo do século XX, embora, em nenhum momento, tenha canalizado tanto a atenção do pensamento marxista como na transição entre as décadas de 1960 e 1970. Existe uma base real e concreta para essa mudança de ênfase teórica que é a própria transformação pela qual o capitalismo atravessou desde o fim da Segunda Guerra Mundial: com a descolonização praticamente completa, observamos que os “imperativos de mercado”, para usar expressão de Wood (2014), sobrepõem a coerção extraeconômica como mecanismo para a transferência internacional de valor. O imperialismo ganha uma roupagem tipicamente capitalista, pois baseada majoritariamente na apropriação invisível de valores via mercado, isto é, via investimentos produtivos e financeiros e comércio exterior, embora, evidentemente, não deixe de prescindir da coerção extraeconômica através do sistema de múltiplos Estados. Em outras palavras, o imperialismo se desenvolve entre o começo e a metade do século XX, o que significa a exasperação dos traços tipicamente capitalistas em sobreposição às formas pré-capitalistas de imperialismo, baseadas sobretudo na violência extraeconômica. Ocorre o que Lukács (2012, p. 319-320) designa por “recuo das barreiras naturais”.³

Neste contexto teórico e prático que se situa o debate responsável por elevar a categoria da troca desigual a posição de destaque nas teorias marxistas do imperialismo. Em 1969 Arghiri

³ Desenvolvemos esse argumento em Leite (2017).

Emmanuel publica em Paris seu *L'échange Inégal*, Ernest Mandel publica em 1972 em Berlim sua obra *Capitalismo tardio* e, em 1973, Ruy Mauro Marini divulga na Cidade do México a *Dialética da dependência*.

O problema analisado pelos autores é praticamente o mesmo, o qual extraímos de Mandel ([1972] 1985, p. 46-47): “o problema das formações dos preços do mercado mundial e suas repercussões nas economias nacionais”. No restante do artigo, analisaremos as explicações de cada autor para este problema, apontando os limites e potencialidades de cada tese. Em termos metodológicos, utilizamos o texto original já citado de Mandel e a versão da teoria de Emmanuel publicada pelo próprio autor em 1990 como capítulo de Amin et al (1990). No fim, apresentamos nossa interpretação sobre o que é, afinal, a troca desigual.

1. A TEORIA DA TROCA DESIGUAL DE EMMANUEL: UMA CRÍTICA

Através da transformação dos valores em preços de produção, Emmanuel (1990) estabelece uma teoria sobre a tendência secular de deterioração dos termos de troca entre países com maior e menor composição orgânica média do capital. Baseado nas descobertas empíricas da Cepal⁴, a questão que norteia a pesquisa de Emmanuel é descobrir a lei que regula o movimento dos preços na economia mundial e, especificamente, por que os países do assim chamado Terceiro Mundo sofrem com barateamento relativo de suas mercadorias transacionadas com o exterior. Nos termos do autor, a deterioração dos termos de troca “se converteu no problema mais candente do presente e do futuro dos países subdesenvolvidos” (EMMANUEL, 1990, p. 27).

Publicado originalmente em 1969, reside no próprio período histórico a justificativa para esta teorização. Os anos compreendidos entre a Segunda Guerra Mundial e até aproximadamente a década de 1960 devem ser entendidos, como já destacado, à luz do intenso processo de descolonização: grandes regiões do mundo deixam de ser formalmente subordinadas às potências imperialistas. Se, em função do marco colonial, era possível às metrópoles explorar diretamente suas colônias, que tipo de lei econômica emerge após a descolonização que facilita a “exploração” de países desenvolvidos sobre outros, subdesenvolvidos?

Na construção do problema de pesquisa, Emmanuel (1990, p. 32) sugere que as relações econômicas internacionais favorecem os países que são mais avançados em termos de industrialização. O autor ainda indica que as vantagens auferidas por esses países estão mais relacionadas ao “grau de industrialização” do que ao número e extensão dos países dependentes. Essas

⁴ Cf. Prebisch (2000a, 2000b) ou, para uma síntese do pensamento *cepalino*, Rodríguez (1981). Uma crítica marxista pode ser vista em Caputo e Pizarro (1970).

vantagens parecem se materializar em um “fluxo de valores reais” do polo mais atrasado para o polo mais avançado da economia mundial, de forma que entender esse “fluxo”, portanto, é o que constitui a teoria da troca desigual de Arghiri Emmanuel.

Emmanuel (1990) denomina de “troca desigual” o movimento permanente de desigualdade nos termos de intercâmbio – definido como preço médio das mercadorias exportadas pelos países subdesenvolvidos dividido pelo seu oposto, isto é, das mercadorias importadas – em benefício dos países desenvolvidos. Dessa forma o problema da troca desigual situa-se na formação de preços e, como tal, deve ser teorizado com base nas leis de funcionamento do capitalismo e especialmente com base na lei do valor.

Em um primeiro momento, o autor apresenta um modelo de formação de preços de produção seguindo as etapas desenvolvidas por Marx no Livro III de *O Capital*. Implicitamente ele está assumindo que os preços de produção são iguais aos preços de mercado. Enquanto o exemplo de Marx considera cinco setores diferentes, Emmanuel (1990, p. 43) considera dois setores, que poderiam representar dois países diferentes, A e B, o primeiro com maior e o segundo com menor composição orgânica. Mesmo que Marx tenha demonstrado como os setores com menor composição orgânica transferem *valores* para os setores com maior composição orgânica, Emmanuel não vai considerar isso como uma “troca desigual” posto que seu referencial é a deterioração da relação entre preços (e não a diferenciação entre preços e valores).

O exemplo de Emmanuel (1990), considerando taxa de mais-valor de 100%, segue abaixo (Tabela 1):

Tabela 1 – Transformação de valores em preços de produção (modelo 1, com taxas de mais-valor iguais)

	Capital Investido			Capital consumido		m	V $= c + v$ $+ m$	$l'm$ $= \frac{\sum \square}{\sum \square}$	l $= C_I * l'm$	C_p $= c + v$
	c_I	v	C_I	c	v					
A	850	50	900	200	50	50	300	10%	90	250
B	50	50	100	10	50	50	110	10%	10	60
	900	100	1000	210	100	100	410	10%	100	310

Fonte: EMMANUEL, 1990, p. 43

Onde c_I é o capital constante investido, v o capital variável, C_I o capital total investido, c o capital constante consumido no processo de produção, m o mais-valor produzido no processo de produção, $l'm$ a taxa média de lucro (total do mais-valor produzido dividido pelo capital social total que fora investido), l o lucro auferido por cada capital individual em proporção ao volume investido e P_p o preço de produção, definido como custo de produção mais lucro médio ($c+v+l$).

Após apresentar corretamente a formação dos preços de produção, pode ser constatado que o termo de troca entre A e B é de 340:70 (preço de produção de A em relação ao preço de produção de B). Emmanuel ignora o fato de que se as mercadorias fossem vendidas pelos valores os termos de troca seriam relativamente mais vantajosos para o capital B (300:110) e, por proceder assim, desconsidera o fato de que quando a troca é feita em termos de preços de produção, o capital B transfere gratuitamente valores para o capital A. Enquanto o valor produzido por B (110) é maior do que o valor apropriado por ele (70), o capital A se apropriou de um valor maior (340) do que produzido por ele (310).

Como Emmanuel (1990, p. 44) ignora esse fluxo de valores de B para A e verifica que as mercadorias são trocadas por seus preços de produção, conclui que não há troca desigual nesse caso: “Logo, neste modelo o produto do ramo A se troca pelo produto do ramo B na relação 340:70 e *não há intercâmbio desigual*” (grifos nossos).

Já nesta primeira abordagem do problema, nos parece que a concepção equivocada de Emmanuel está fundamentada em uma compreensão também equivocada da lei do valor de Marx. Isso ajuda a entender o caráter *ricardiano* da teoria de Emmanuel, que, como Shaikh (1990, p. 167, 172) destaca, aceita a teoria do comércio de Ricardo baseada na lei dos custos comparativos. Na interpretação de Emmanuel, inexistente um mecanismo real que diferencie a produção da apropriação de valores e, portanto, promova a troca desigual *de valores*. Enquanto na motivação do problema ele se referiu a um “fluxo de valores reais”, na análise teórica propriamente dita isso é desconsiderado, afinal, como sua conclusão do modelo 1 indicou, se as mercadorias são trocadas por seus preços de produção, não existe, para ele, a troca desigual.

O autor desconsidera o que é fundamental para Marx: as mercadorias só deixam de ser vendidas por seus valores pois, caso o fossem, as taxas de lucros auferidas pelos capitais individuais seriam diferentes – maiores quanto menor a composição orgânica do capital. Em função dessa diferença é que a concorrência entre os capitais promove o nivelamento (enquanto tendência) das taxas de lucro por meio da formação dos preços de produção. Portanto, só se formam os preços de produção à medida que os capitais mais produtivos (e que *produzem* taxas menores de lucro) podem vender suas mercadorias por um preço acima do valor: a apropriação é maior do que a produção de valores nestes setores em função exclusivamente da formação dos preços de produção.

Nos termos da Tabela 1, se as mercadorias fossem vendidas pelos valores as taxas de lucro dos setores A e B seriam, respectivamente, 5,5% e 50%. Essa diferença promoveria uma migração de capitais do setor A para o setor B, aumentando a produção de capital-mercadoria em B e diminuindo em A, promovendo, conseqüentemente, uma diminuição do preço ofertado em B e o contrário em A. Esse movimento se interromperia quando os preços de produção fossem tais que as taxas de lucros estivessem equalizadas. É o que ocorre quando o preço de produção em A chega a

340 e em B a 70. Quando as mercadorias são trocadas nessa proporção, um valor de 40 que fora produzido por B se transfere gratuitamente para A. Em termos de valores, portanto, isso constitui uma troca de não equivalentes: uma troca desigual. Não é esse o entendimento de Emmanuel (1990).

Para chegarmos ao conceito de troca desigual para Emmanuel, é preciso se desfazer de uma das duas hipóteses utilizadas por Marx em sua teoria dos preços de produção. A primeira hipótese – e que permanece no modelo de Emmanuel – é da mobilidade de capitais entre os distintos ramos de produção que permite a equalização das taxas de lucro. A segunda premissa de Marx, seguindo o entendimento de Emmanuel, é da perfeita mobilidade da força de trabalho que permite manter mesmos níveis de salário e de taxa de mais-valor entre os setores. Para o autor, dentro de uma economia *nacional* ambas podem ser aceitas, já que é factível considerar que tanto o capital quanto o trabalho podem se movimentar livremente dentro de um mesmo país. Se podem se movimentar livremente, qualquer aumento de lucros ou salários em determinado setor atrairiam capital ou trabalho de forma que volte ao equilíbrio anterior. Portanto, o modelo analítico de Marx como descrito pela Tabela 1 seria, nas palavras de Emmanuel (1990, p. 46), “perfeitamente aplicável” a uma economia nacional, de forma que “dentro desses limites e como regra geral a troca desigual não existe”.

O problema passa a ocorrer, seguindo o argumento de Emmanuel, quando analisamos as duas hipóteses no marco da economia *internacional*. Em termos da mobilidade de capitais, é razoável admitir que em face de taxas maiores de lucro em um determinado país, capitais de outros lugares migrem para lá em busca desta rentabilidade. Logo, diz Emmanuel (1990, p. 46), “se pode admitir que a longo prazo a proporcionalidade dos lucros acabará por se realizar”. O contrário acontece com os salários na interpretação do autor: não existe mobilidade de força de trabalho no plano internacional a ponto de nivelar salários e taxas de mais-valor, o que significa dizer que “as fronteiras constituem limites de descontinuidade absoluta” (EMMANUEL, 1990, p. 47). Por isso, e essa é a chave de seu raciocínio, o esquema de Marx não se aplicaria ao mercado mundial já que, *na realidade*, salários e taxas de mais-valor nacionalmente consideradas não convergiriam para um determinado patamar médio. Consequentemente, conclui Emmanuel, o modelo de Marx não explica o intercâmbio desigual entre países.

Emmanuel (1990, p. 47) reconhece que o próprio Marx não via que a diferença entre as taxas de mais-valor traria implicações ao estudo, já que seu objetivo era, respeitando os níveis de abstração, expor a maneira como se estabelece uma taxa média de lucro diferenciado os setores *apenas* pela composição do capital. Ou seja, a suposição de Marx de que os capitais se defrontam com mesmas taxas de mais-valor é um requisito de seu próprio método abstrativo. Emmanuel, entretanto, vai alterar o modelo de Marx considerando taxas de mais-valor diferentes entre os setores. Ele supõe que A possua uma taxa menor do que B, representando o fato de que A possa ilustrar um

país desenvolvido e B um subdesenvolvido. Nos termos do autor, temos o esquema apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Transformação de valores em preços de produção (modelo 2, com taxas de mais-valor distintas)

	Capital Investido			Capital consumido		m	V $= c + v$ $+ m$	$\frac{l'm}{\sum \square}$ $= \frac{\sum \square}{\sum \square}$	l $= C_l$ $* l'm$	C_p $= c$ $+ v$
	c_l	v	C_l	c	V					
A	850	50	900	200	50	50	300	15,18%	136,65	250
B	50	5	55	10	5	95	110	15,18%	8,35	15
	900	55	955	210	55	145	410	15,18%	100	310

Fonte: EMMANUEL, 1990, p. 48

Ao aumentar a taxa de mais-valor no país B, aumentando o mais-valor total produzido e diminuindo o capital social investido, o resultado é um aumento da taxa média de lucro em ambos os países. O preço de produção do país A aumenta relativamente ao do país B, ou seja, há uma deterioração dos termos de troca para o país B. Antes (Tabela 1) o termo de troca A:B era de $340/70 = 9,14$. Agora, o termo de troca é $386,65/23,35 = 16,55$. Portanto, o que Emmanuel considera como intercambio desigual é a deterioração dos termos de intercâmbio ao longo do tempo em função de aumento da taxa de mais-valor nos países subdesenvolvidos.

A definição de intercâmbio desigual para Emmanuel pode ser sintetizada assim:

Abstraindo toda alteração dos preços resultante de uma concorrência imperfeita, se chama de “intercâmbio desigual” a relação de preços que se estabelece em virtude da lei de nivelção da taxa de lucro entre regiões de taxas de mais-valor institucionalmente diferentes, significando o termo “institucionalmente” que essas taxas de mais-valor são, por alguma razão, retiradas da igualação concorrencial (EMMANUEL, 1990, p. 50).

Para o autor, seu modelo está de acordo com a lei do valor de Marx na medida em que, na totalidade, valores e preços de produção continuam equivalentes. Em termos esquemáticos, poderíamos resumir o argumento de Emmanuel da seguinte forma. As necessidades sociais dos trabalhadores nos países subdesenvolvidos ainda estão no nível de subsistência – o que, como já destacamos anteriormente, o aproxima bastante de um raciocínio *ricardiano* –, ao contrário do que ocorre com os trabalhadores nos países desenvolvidos, onde o desenvolvimento histórico do capitalismo imprimiu maiores necessidades sociais para a reprodução da força de trabalho nestes

lugares. Como resultado, o valor da força de trabalho tende a ser menor, ou, melhor dizendo, crescentemente menor, nas regiões subdesenvolvidas relativamente às desenvolvidas. Logo, tudo o mais constante, a produção de mais-valor é mais intensa naquelas do que nestas. Entretanto, supondo que o comércio é feito pelos preços de produção, as mercadorias vendidas pelos países subdesenvolvidos tendem a ficar relativamente mais baratas do que a que eles compram, consubstanciando-se no processo descrito por Emmanuel (1990) como a troca desigual.

Podemos inferir que a baixa condição de vida da classe trabalhadora dos países subdesenvolvidos é um *pressuposto* da troca desigual nos moldes de Emmanuel; uma relação de causa e efeito contrária daquela analisada por Marini ([1973] 2005), como discutiremos adiante. Supondo que a posição de Emmanuel fosse verdadeira, qual a origem desse diferencial de salários e, portanto, de condições de vida? A resposta sugerida pelo autor, com alguma precaução, é a seguinte: “penso que a diferença dos salários deve-se essencialmente a uma *diferença no valor da força de trabalho*” (grifos nossos), isto é, nos países subdesenvolvidos o valor da força de trabalho seria menor do que nos países desenvolvidos. Dessa forma, continua Emmanuel, “podemos, com efeito, dizer que em seu conjunto as necessidades do homem subdesenvolvido ainda permanecem no nível estrito do mínimo fisiológico” (EMMANUEL, 1990, p. 54). Mais uma vez temos uma diferenciação importante com Marini ([1973] 2005), que não se refere a diferenças em termos de valor da força de trabalho. Para ele, a superexploração é entendida como sendo a remuneração da força de trabalho por um *preço abaixo do seu valor*.

Vejamos, agora, como Mandel reage à teoria de Emmanuel.

1. TEORIA DA TROCA DESIGUAL DE ERNEST MANDEL

Uma crítica à tese de Emmanuel pode ser encontrada em Mandel ([1972] 1985), que publicou sua obra também em 1972. O contexto econômico, político e social era, portanto, o mesmo. Neste sentido, *O capitalismo tardio* serve para apresentar as próprias teorias do autor bem como criticar posições divergentes, tais quais, por exemplo, a posição de Emmanuel sobre a troca desigual.

Já no segundo capítulo de sua obra é possível perceber os delineamentos de sua interpretação que serão mais bem desenvolvidos no décimo-primeiro. Na discussão sobre mercado mundial capitalista, Mandel ([1972] 1985, p. 29) enfatiza o fato de que na troca capitalista interagem relações de produção capitalistas, semicapitalistas e não-capitalistas – no que será um ponto de embate com Emmanuel. Nas palavras do autor, em um entendimento que ele atribui primeiramente a Marx e depois a Rosa Luxemburgo, “o movimento efetivo do capital manifestamente começa a partir de relações não capitalistas e prossegue dentro do quadro de referência de uma troca constante, exploradora, metabólica, com esse meio não capitalista”. De fato, só pode ocorrer essa relação

“metabólica” caso haja, na região capitalista, capital excedente que possa ser direcionado para o exterior e, ao mesmo tempo, que a taxa de lucro no exterior – ou nas regiões não capitalistas – seja superior, pelo menos na margem. Para o autor, Emmanuel, Samir Amin e Gunder Frank erraram por desconsiderar a coexistência de diferentes relações de produção.

Um primeiro momento dessa relação “exploradora” ocorre antes da era do imperialismo clássico. Com o desenvolvimento da grande indústria na Inglaterra e o equivalente incremento na composição orgânica do capital, foi possível que esses capitais utilizassem a chamada “artilharia dos preços baixos” para inundar os mercados externos de mercadorias industriais baratas e, conseqüentemente, destruir relações de produção não capitalistas alhures, tal como ocorreu no Japão, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, etc. Nessa interação comercial entre regiões com diferentes composições orgânicas já é possível visualizar a troca desigual:

a troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho era uma troca desigual; era uma troca de menos trabalho por mais trabalho, que inevitavelmente conduziu a um escoamento, *a um fluxo para fora de valor* e capital desses países, em benefício da Europa ocidental. (MANDEL, [1972] 1985, p. 35, grifos nossos)

Neste trecho podemos identificar que a interpretação de Mandel está – por enquanto, supondo que o trabalho a que ele se refere é o trabalho abstrato – idêntica à leitura de Marx sobre transferências de valor entre setores. Enquanto o comércio internacional viabiliza essa primeira forma de relação “exploradora” – a troca desigual – o advento do imperialismo clássico será marcado pelo que Mandel (*ibidem*, p. 36) classifica como “mudança radical em toda essa estrutura”. A partir de agora, continua o autor, “foi a exportação de capital dos países imperialistas, e não o processo de acumulação primária impulsionado pelas classes dominantes locais, que determinou o desenvolvimento econômico do que seria, mais tarde, denominado ‘Terceiro Mundo’”.

Esse controle do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital implicou uma nova forma de transferência internacional de valores, um “escoamento” dos recursos locais que se manifesta, por exemplo, nas remessas de lucro ao exterior: “esse escoamento passou a assumir a forma de expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, de produto excedente social local” (*ibidem*, p. 36).

A tese principal de Mandel é que a era do imperialismo clássico foi substituída, depois da Segunda Guerra Mundial, pela era do capitalismo tardio. Do ponto de vista da exportação de capital, este passa a ser transacionado entre os próprios países imperialistas e não apenas entre imperialistas e subdesenvolvidos. O motivo para isso, na leitura do autor, foi o aumento do risco de investimento em função da exacerbação das revoltas sociais como resultado da crise econômico-social no assim

chamado Terceiro Mundo. Apesar disso, a exportação de capital para os países periféricos fortalece – junto ao barateamento das matérias primas – o movimento de industrialização nestes países.

Nessa nova fase, a economia mundial estaria baseada em uma nova estrutura. Nos termos de Mandel ([1972] 1985, p. 43, grifos nossos), isso significa que “estão emergindo novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e *extração de excedente* – e estes, embora de natureza diversa, mostram-se ainda mais pronunciados que os da época do imperialismo ‘clássico’”. As formas em que ocorrem essa “extração de excedente” ou, em outros termos, “transferência líquida de valor”, são, basicamente, remessa de parte do mais-valor não acumulado (dividendos, juros, etc.) e “agravamento da troca desigual” (ibidem, p. 44).

Mandel (ibidem, p. 44) lembra que Marx já se referia à transferência internacional de valor em *O Capital*, como um resultado de diferenças na produtividade ou, o que significa a mesma coisa, na composição do capital: “a troca desigual no mercado mundial, como torna claro Marx no Capítulo XXII do Livro I de *O Capital*, é sempre o resultado de uma diferença na produtividade média do trabalho entre duas nações⁵”. Pode ser destacado que nada tem a ver com o tipo de mercadoria produzida, se agrícola ou industrial, mas às diferenças nas composições orgânicas do capital. Ao mesmo tempo, a transferência de valor também pode ser resultado de uma diferença em termos de taxa de mais-valor entre as economias nacionais.

De fato, como alerta Mandel (ibidem, p. 46-47), toda a problemática envolvendo transferências (distribuição) de valores – independentemente da forma em que ocorre – está relacionada com o grau em que a lei do valor se expressa concretamente no mercado mundial. Sobre esse ponto, o autor, ainda no começo do capítulo sobre o mercado mundial (ibidem, p. 29), levanta uma citação de Engels para indicar que, nas palavras do parceiro de Marx, a lei do valor e a distribuição do mais-valor por meio da taxa de lucro “atingem sua completa realização aproximada apenas com o pressuposto de que a produção capitalista tenha sido completamente estabelecida por toda parte”⁶. Ou seja, se a produção capitalista estiver “completamente estabelecida”, a lei do valor passa a vigorar plenamente. Como corolário deste raciocínio temos que, se as trocas no mercado mundial ocorrem entre relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas – como Mandel acredita –, a lei do valor não opera plenamente (o autor parece não perceber que o próprio Marx (1980, p. 729-730) sugere que a produção de valor pode se efetivar mesmo em condições de trabalho não-assalariado, como por exemplo a produção de algodão no sul escravocrata dos Estados Unidos; portanto, desde que se produza *para o* mercado mundial é possível visualizar casos formalmente capitalistas).

⁵ Como Mandel está se baseando na edição inglesa de *O Capital*, o Capítulo XXII ao qual ele se refere é “Diversidade nacional dos salários”, equivalente ao Capítulo XX da edição alemã e das traduções brasileiras do livro.

⁶ Carta de Engels a Conrad Smith, em 12 de março de 1895. Cf. Engels ([1895] 2010, p. 462-467).

Baseando-se nisso, Mandel ([1972] 1985, p. 47) conclui este capítulo com uma indicação que será fundamental na crítica a Emmanuel e que expõe, ao mesmo tempo, uma fragilidade de sua teoria. Segundo ele, a equalização das taxas de lucro individuais (ou nacionais) só ocorreria no mercado mundial caso existisse “completa mobilidade internacional do capital”, a qual seria possível somente se existisse “um único estado mundial capitalista”. Ou seja, as fronteiras representariam uma barreira à mobilidade dos capitais, gerando taxas desiguais de lucro e, portanto, a não formação de preços uniformes de produção. As taxas de lucro se equalizariam apenas no mercado nacional.

Mandel (ibidem, p. 248, grifos nossos) deixa claro que a troca desigual é derivada da aplicação da teoria do valor-trabalho ao comércio internacional. Partindo disso, ele propõe a existência de duas fontes de troca desigual. A primeira, nos termos do autor, refere-se ao “fato de que o trabalho dos países industrializados é considerado mais *intensivo* (portanto, produtor de mais valor) no mercado mundial do que o dos países subdesenvolvidos”. A segunda refere-se ao fato da não equalização das taxas nacionais de lucro e a consequente coexistência de “diferentes preços nacionais de produção”.

As duas fontes da troca desigual resultam em que as mercadorias, no mercado mundial, tendem a ser vendidas pelos valores internacionais. Ou seja, se não há a formação de uma taxa média de lucro global, não há diferenciação entre preços de produção e valores. Logo, sendo fiel ao raciocínio do autor, precisamos assumir que os valores produzidos internamente e inseridos no mercado mundial são iguais aos valores internacionais. Se, portanto, *valores de determinada magnitude são trocados por valores quantitativamente iguais*, como definir o “conteúdo da ‘troca desigual’”? Valendo-se da primeira fonte da troca desigual, seu conteúdo, no argumento de Mandel ([1972] 1985, p. 253-254), seria a troca de “quantidade desiguais de trabalho”. Para que isso seja verdade, a hora de trabalho no país imperialista tem que ser considerada “mais produtiva e intensiva” do que no subdesenvolvido, de forma que a hora de trabalho naquele produza mais valor do que a hora de trabalho neste. Dessa forma, uma mesma quantidade de valor carrega quantidades desiguais de trabalho: esta é a troca desigual para Mandel (ibidem, p. 253-254). Um problema desse argumento é que o autor não menciona se está tratando de quantidades desiguais de trabalho concreto ou abstrato. Sendo trocadas quantidades iguais de valores, o *quantum de trabalho abstrato* cristalizado nos pacotes de mercadorias trocados deve necessariamente ser o mesmo. Deduz-se, portanto, que a troca desigual para Mandel equivale ao processo em que são trocadas quantidades desiguais de *trabalho concreto*.

Em um exemplo numérico, Mandel ([1972] 1985, p. 254) supõe que o pacote de mercadorias do país *A*, imperialista, contenha 300 milhões de horas de trabalho enquanto o pacote de *B*, dependente, contenha 1,2 bilhão de horas de trabalho e ambos são equivalentes em termos de valor – já que “a hora de trabalho do país desenvolvido é considerada mais produtiva e intensiva que a da

nação atrasada” (ibidem, p. 254). Aqui, a falta de rigor com o tratamento da categoria tempo de trabalho se manifesta novamente. Mandel parece tratar *indistintamente* os efeitos *distintos* da produtividade e da intensidade do trabalho sobre a criação de valor: as 300 milhões de horas de trabalho de *A* só seriam equivalentes em termos de valor às 1,2 bilhão de horas de trabalho de *B* se o trabalho em *A* fosse mais *intensivo* que em *B*. A maior *produtividade* do trabalho em *A* do que em *B* não teria esse efeito pois a maior quantidade de mercadorias produzidas por *A* seria compensada pela diminuição do valor individual de cada uma, de forma que a quantidade total de valor produzida com mais ou menos produtividade não se alteraria⁷.

Se, então, o que ocorre no mercado mundial é transferência de trabalho concreto, como apontamos anteriormente, qual a relevância disso? Conforme a argumentação de Mandel ([1972] 1985, p. 254), se não houvesse troca desigual, *A* deveria desembolsar o equivalente a 1,2 bilhão de horas de trabalho no lugar das 300 milhões. Nesse caso, haveria uma “redução considerável nos recursos destinados ao consumo e à acumulação. O crescimento econômico teria diminuído. *Nesse sentido* a fórmula da ‘transferência internacional de valor’ certamente teria um significado concreto” (grifos do autor). Ora, como Mandel não sustentou sua teoria da troca desigual com base na transferência de valores, ele recorre a um contrafactual para defender o poder explicativo de sua teoria.

Em síntese, mesmo sem o nivelamento das taxas de lucro – “mas a despeito da inexistência desse nivelamento” –, o que se chama troca desigual para Mandel (ibidem, p. 255) é “transferência de quantidades de trabalho, isto é, de recursos econômicos”. Em nosso entendimento, o termo “recursos econômicos” soa estranho, pois, nesse sentido, o estoque de meios de produção do país imperialista também poderia ser considerado recurso econômico, já que também compõe o valor. Embora o país imperialista se aproprie de mais trabalho concreto do que despendeu, por outro lado ele gastou mais em meios de produção do que se apropriou. Ambos são “recursos econômicos”, o que poderia enfraquecer a tese de Mandel da troca desigual; a menos que se apresente novas mediações que confirmem ao trabalho concreto um papel especial.

O significado que o autor põe para a “troca desigual” fica reforçado na seguinte passagem: “Troca desigual significa que as colônias e as semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho)” (ibidem, p. 244). Mandel se aproxima de Emmanuel quando diz que uma das formas de identificar a troca desigual é através da deterioração dos termos de troca.

Além da troca desigual, que, conforme Mandel ([1972] 1985, p. 244), se tornou a “regra geral” na era do capitalismo tardio, outro mecanismo de “exploração” seria a apropriação de

⁷ M. D. Carcanholo (2013a, p. 90-93) e R. Carcanholo (2011a, p. 82-84) examinam o tratamento marxiano sobre a distinção entre intensidade e produtividade do trabalho.

superlucros. Ambas existiam na era do imperialismo clássico e na era do capitalismo tardio, sendo que a diferença entre elas residiria na importância de cada uma em cada período histórico. No imperialismo clássico, os superlucros eram, nas palavras de Mandel, “a *principal forma* de exploração metropolitana do Terceiro Mundo”, relegando à troca desigual uma “forma secundária”.

Embora não seja muito claro o significado atribuído a Mandel para os superlucros, uma conceituação breve pode ser a seguinte: “todos os lucros superiores à taxa de lucro social média” (ibidem, p. 415), ou seja, a apropriação de uma taxa particular de lucro superior à taxa geral. Partindo da teoria do valor (e dos preços) de Marx, podemos atribuir duas fundamentações complementares para o superlucro: a primeira, como sugerido por R. Carcanholo (2013, p. 103), seria o mais-valor extra obtido pelo desvio do valor individual em relação ao valor social; e a segunda seria a venda por preço de mercado acima do preço de produção (Leite, 2017, p. 217 *et seq.*)⁸, o que seria um ponto intencionalmente não trabalhado por Emmanuel na medida em que, como já citamos, ele abstrai a “alteração dos preços resultante de uma concorrência imperfeita” (Emmanuel, 1990, p. 50).

Os chamados “superlucros” são obtidos, conforme Mandel ([1972] 1985, p. 243), quando o capital de um país se transfere para outro e, a partir disso, passa a usufruir de “diferenças entre as taxas de lucro”. A questão que se abre agora é de onde se originam essas diferenças? O autor aponta três motivos para essa divergência, considerando um mundo simplificado entre “colônias” e “metrópoles”: i) a composição orgânica média do capital empregado nas colônias era menor do que nas metrópoles; ii) taxa média de mais-valor superior nas colônias, principalmente devido à extração de mais-valor absoluto; iii) preço da força de trabalho menor que seu valor em função do tamanho do exército industrial de reserva (que é quase exatamente a descrição de Marini ([1973] 2005) para a “superexploração da força de trabalho”).

Embora houvesse essa “grande diferença” entre as taxas médias de lucro, isso não acelerou a acumulação de capital nas colônias. Houve o contrário – o que nos ajuda a compreender a constituição das economias subdesenvolvidas – em função da forma com a qual o mais-valor era apropriado, o que significa, nas palavras de Mandel ([1972] 1985, p. 244), que “uma parte substancial da mais-valia capitalisticamente produzida nesses países (não só os superlucros, mas todos os lucros) era drenada para as metrópoles, onde era usada para impulsionar a acumulação ou distribuída como renda excedente”.

2. LIMITES DA CRÍTICA DE MANDEL À EMMANUEL

⁸ Em Leite (2017) desenvolvemos os motivos pelos quais acreditamos que os superlucros integram os mecanismos da troca desigual.

A crítica central à tese de Emmanuel diz respeito a sua hipótese de que existe “imobilidade internacional da força de trabalho e uma mobilidade internacional do capital” que implicaria o “nivelamento internacional das taxas de lucro”. Se isso fosse verdade, aponta Mandel ([1972] 1985, p. 249), haveria uma tendência para o capital migrar em direção às regiões com menores salários (ou maiores taxas de lucro), fomentando a acumulação de capital nessas regiões, o que implicaria, portanto, a “*impossibilidade do subdesenvolvimento*” (grifos do autor). Ou seja, a hipótese inicial de mobilidade internacional do capital – que “não se sustenta nem teórica nem empiricamente”, adverte o autor (ibidem, p. 249) – faria a teoria da troca desigual de Emmanuel entrar em contradição.

Mandel ([1972] 1985, p. 249) contesta a hipótese da mobilidade de capital fundamentando-se na formulação de Trotsky assim chamada de “lei do desenvolvimento desigual e combinado” que determinaria a existência de “ritmos irregulares de acumulação de capital” no modo de produção capitalista. De passagem, cumpre destacar que o autor utiliza a formulação de Trotsky sem demonstrá-la. Toma como verdadeira e, baseando-se nela, sustenta a existência de regiões com baixo nível de acumulação de capital em função da troca desigual, que implica “vasto exército industrial de reserva”, “subemprego colossal” e “baixos salários”. Portanto, os baixos salários não são, para Mandel, *causa*, como sustentava Emmanuel, mas sim *consequência* (como defendido por Marini):

[...] as enormes diferenças internacionais de valor e de preço da mercadoria força de trabalho, que Arghiri Emmanuel enfatiza corretamente, *não são causas, mas resultados* do desenvolvimento desigual do *modo de produção* capitalista, ou da produtividade do trabalho em todo o mundo, pois a lógica do capital normalmente o leva para as zonas com maiores perspectivas de valorização. (MANDEL, [1972] 1985, p. 249).

Em outro momento de crítica a Emmanuel, o autor apresenta estatísticas mostrando taxas desiguais de lucro ao redor do mundo. Exemplo: “Em 1967, o retorno desses investimentos era de 7,4% na Europa, de 12,3% na América Latina, de 14% na Ásia e de 19,7% na África”. Aqui, mais uma vez, nos parece uma má compreensão do autor em relação ao caráter *tendencial* da formação da taxa geral de lucro. Se a formação da taxa geral de lucro mundial é *tendencial*, aproximada, esses números não servem para refutá-la. Por exemplo, se em 1900 a taxa de retorno dos investimentos na África fosse 30% e em 1967 é 19,7%, é sinal de que está havendo mobilidade de capital e formação tendencial de uma taxa geral de lucro.

Continuando a demonstração das contradições da tese de Emmanuel, Mandel parte para um exemplo numérico que está resumido na Tabela 3.

Tabela 3 – Transformação de valores em preços de produção com mobilidade internacional de capital (modelo que Mandel classifica como irreal)

	Capital Investido			Capital consumido		m	V $= c + v$ $+ m$	$l' = \frac{m}{C_I}$	$\frac{l'm}{\sum \square}$ $= \frac{\sum \square}{\sum \square}$	L
	c_I	v	C_I	c	v					
A	5000	4000	9000	5000	4000	4000	13000	44%	51,78%	4660
B	200	2000	2200	200	2000	1800	4000	82%	51,78%	1140
	5200	6000	11200	5200	6000	5800	17000		51,78%	5800

Fonte: O autor a partir de dados de MANDEL,[1972] 1985, p. 251

Se houvesse mobilidade internacional do capital poderia ser formado um “lucro internacional médio” de aproximadamente 52%. Embora, para Mandel ([1972] 1985, p. 251), isso se ajuste ao “modelo empírico”, ele não é factível pois o “pré-requisito para esse nivelamento seria uma *drenagem* constante e substancial de capital de A para B”. Sem o funcionamento desse pré-requisito, Mandel aponta que ocorreria o seguinte: “o fluxo de capital para B será relativamente pequeno e a perda de valor sofrida por B em benefício de A, em decorrência da ‘troca desigual’ reduzirá a velocidade da acumulação de capital produtivo em B”, explicando “*o crescimento do subemprego em B*” (grifos do autor). Aqui, corretamente, o autor situa a troca desigual como transferência de valor, sendo o baixo salário um resultado e não ponto de partida.

Mesmo que esse fluxo de capital seja “relativamente pequeno” para o país subdesenvolvido, há, de alguma forma, um aumento na produção de mercadorias e uma diminuição do preço de produção em relação ao valor. Ou seja, mesmo que as taxas de lucros não se nivelem empiricamente, existe uma *tendência* para a taxa de lucro cair em B e aumentar em A. Vamos refazer o modelo apresentado por Mandel considerando essa situação:

Tabela 4 – Transformação de valores em preços de produção com imperfeita mobilidade internacional de capital (crítica à Mandel)

	Capital Investido			Capital consumido		m	V $= c + v$ $+ m$	$l' = \frac{m}{C_I}$	$\frac{l'm}{\frac{\sum c}{\sum C_I}}$	l
	c_I	v	C_I	c	v					
A	5000	4000	9000	5000	4000	4000	13000	44%	47%	4230
B	200	2000	2200	200	2000	1800	4000	82%	71%	1562
	5200	6000	11200	5200	6000	5800	17000		52%	5792

Fonte: O autor

Considerando que a taxa equalizada de lucro ($l'm$) seria de 52% se houvesse mobilidade perfeita de capital, respeitando a linguagem dos autores, vamos supor que a taxa efetiva de lucro fique 20% abaixo para o país A e 20% acima para o país B. Para o país A, a taxa de lucro passa a ser de 47% e para o país B de 71%. Como demonstrado na Tabela 4, continua havendo uma troca desigual de valores à medida que, para o país A, o preço de produção continua superior ao valor produzido, e, para o país B, ocorre o inverso. Resultado: o fluxo de capital de A para B não significa, necessariamente, impossibilidade lógica do subdesenvolvimento para B. Esse capital até será acumulado produtivamente em B, mas não há garantia lógica de que essa acumulação reverta o subdesenvolvimento. Assumir, como o faz Mandel em sua crítica, que a troca desigual aumentaria a velocidade de acumulação em B é assumir que todo mais-valor produzido seria acumulado produtivamente. Para afirmar isso precisaríamos de outras mediações e outras hipóteses que não estão presentes na análise de Mandel.

Na polêmica com Emmanuel sobre a relação de causa e efeito entre salários e acumulação, Mandel ([1972] 1985, p. 256) aponta – corretamente em nosso entendimento – que os salários respondem, no longo prazo, à dinâmica da acumulação de capital. Nesse sentido, os salários nos países imperialistas e nos dependentes “representam dois movimentos complementares de um processo mundial único de acumulação de capital, ou dois aspectos fundamentais das repercussões desse processo no desenvolvimento social e econômico da humanidade sob o controle do capital”. Ou seja, a acumulação de capital deve ser entendida em termos de um processo global com impactos diferenciados sobre as distintas formações sociais; em uma abordagem próxima à apresentada em Pradella (2013, 2015).

3. A FRAGILIDADE DA CRÍTICA: NOTA SOBRE A DIALÉTICA ENTRE O REAL E O CONCEITO DO REAL

Em nosso entendimento, a fragilidade do argumento de Mandel é considerar impossível a formação de uma taxa geral de lucro mundial. O ponto aqui se refere a uma diferenciação entre a realidade e o conceito sobre esta realidade. Quando Mandel afirma que não se forma uma taxa geral de lucro mundial pois, dado que existem barreiras à mobilidade do capital, coexistem taxas nacionais desiguais de lucro, ele está se desfazendo de um conceito (a taxa geral de lucro) a partir de uma suposta não aderência deste conceito à realidade (as taxas desiguais de lucro). O problema desta interpretação é que parece se esquecer que as categorias baseadas na lei do valor de Marx devem ser entendidas sempre em termos *tendencias* ou aproximados.

Em nossa leitura, se capitais de determinado lugar migram para outros lugares – mesmo com barreiras, dificuldades, etc. – ou se os capitais já instalados aumentam a escala de produção em busca de taxas maiores de lucro, forma-se, *tendencialmente*, uma taxa geral de lucro entre os países, mesmo que, na realidade, as taxas de lucros nacionais sejam desiguais. Neste caso, a distância entre as diversas taxas nacionais de lucro e a taxa geral de lucro tem o papel concreto de estimular ou emperrar as movimentações de capital ao redor do globo. Seguindo este raciocínio e reduzindo o nível de abstração, poderíamos entender que as migrações de capital para a China, por exemplo, só ocorrem porque a taxa de lucro produzida ali é maior do que a taxa mundial de lucro. Aliás, como o período histórico em que Mandel viveu e produziu teoricamente foi um dos momentos com menor fluxo internacional de capitais e com economias relativamente mais fechadas (Eichengreen, 2000, p. 132-134), isto poderia ser uma pista para entender para a forma como o autor interpretou esta questão.

Na mesma carta de Engels citada por Mandel, há uma belíssima passagem que fundamenta nossa posição e acreditamos que ajude a esclarecer a questão. Ao discutir a diferenciação entre realidade e conceito nos termos, segundo ele, hegelianos, Engels afirma:

o conceito de uma coisa e sua realidade correm lado a lado como duas assíntotas, sempre se aproximando mas nunca se encontrando. Esta diferença entre ambos é uma diferença que impede que o conceito seja direta e imediatamente a realidade e que a realidade seja imediatamente seu próprio conceito. Mas apesar do conceito ter a natureza essencial de um conceito e não poder, portanto, *prima facie* diretamente coincidir com a realidade, a partir da qual ele deve ser primeiro abstraído, [o conceito] é ainda algo mais do que uma ficção [...] e mesmo assim corresponde à realidade com aproximação assintótica. (ENGELS, [1895] 2010, p.463-464)

Essa digressão metodológica de Engels é útil para compreender que a taxa geral de lucro deve ser compreendida “como uma tendência, aproximação, média, e não como a própria realidade”. Portanto, sabendo que a migração de capitais é um pressuposto para a taxa geral de lucro e conhecendo as dificuldades mencionadas por Mandel para a migração de capitais, se existe *alguma* mobilidade que, de alguma forma, se fundamenta em desvios das taxas nacionais de lucro em relação à média, podemos inferir que se forma, tendencialmente, uma taxa geral de lucro global. A formação

de uma taxa média de lucro não significa que todos os capitais terão iguais taxas de lucro. Ao contrário, como a média pressupõe desvios em torno de si, a formação de uma única taxa média de lucro pressupõe que os capitais apresentem distintas taxas de lucro. Constatar empiricamente isso não nega a taxa média de lucro, ao contrário, a comprova.

Sobre esta polêmica, Saludjian (2014) alerta que o próprio Marx levantou o problema – sem o responder explicitamente – da formação da taxa geral de lucro mundial. No Livro III de *O Capital* existem várias indicações sobre “o caráter imediatamente e inerentemente mundial do capitalismo” (Saludjian, 2014, p. 13). Na discussão sobre as contra tendências à lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx lança uma questão que, segundo Saludjian, é de grande importância: “outra questão que, a bem dizer, ultrapassa, por seu caráter especial, os limites de nossa pesquisa: sobe a taxa geral de lucro em virtude da taxa mais alta obtida pelo capital empregado em comércio exterior e particularmente no comércio colonial?” (Marx, [1894] 2008, p. 313). Em outros termos, o que Marx está se perguntando é se o capital aplicado no exterior contribui para a formação de uma taxa geral de lucro mundial ou se se formam taxas gerais de lucros nacionais e autônomas. Nos parece que, conforme indicado anteriormente, a formação da taxa geral de lucro mundial só pode ser operada em termos aproximados e se, e somente se, considerarmos a possibilidade de migração entre capitais de distintas nacionalidades.

Sobre os graves problemas da teoria de Emmanuel, além do que já foi detectado nesta seção, acreditamos que muito já foi esclarecido em outras ocasiões⁹. Por esse motivo, iremos nos deter na concepção (e na crítica) de Mandel tentando identificar onde está a centralidade da polêmica e os pontos que merecem ser reavaliados à luz de uma formulação atenta com a natureza dialética da teoria de Marx e com a polêmica contemporânea.

Como já discutido, Mandel rejeita a teoria da troca desigual de Emmanuel com base na não aderência à realidade de seu mais importante pressuposto: a hipótese da perfeita mobilidade internacional do capital (junto com a hipótese da imobilidade da força de trabalho). O problema da posição de Mandel é que, quando ele desconsidera a perfeita mobilidade do capital em troca de sua hipótese de que, no mercado mundial, valores são idênticos aos preços de produção, ele apenas desloca a irrealidade da hipótese para o outro extremo; simplesmente faz um giro de 180 graus na hipótese de Emmanuel. Em nosso entendimento, ambos os autores estão restritos a uma dicotomia entre mobilidade perfeita *versus* imperfeita que, independentemente da posição a ser seguida, não é satisfatória.

Nos parece claro que a realidade do capitalismo (principalmente a partir do advento da grande indústria e especialmente durante e após a era do imperialismo clássico) é que existe *alguma*

⁹Cf. Carchedi (1991, p. 222-225) e Shaikh (1990, p. 167-171).

mobilidade internacional do capital e *alguma* mobilidade internacional da força de trabalho. Se não fosse assim, os países na periferia do sistema não seriam receptores líquidos de capitais e, por outro lado, exportadores líquidos de mão de obra.

Isto posto, para que sejamos coerentes com a crítica da economia política de Marx, parece-nos plausível assumir que a migração de capitais é orientada por diferentes possibilidades de valorização do capital, ou seja, diferentes possibilidades de lucratividade que respondem, em última instância, às diferenças quantitativas entre as composições orgânicas dos diversos capitais ao redor do mundo. Aqui precisamos, de passagem, fazer duas observações. A *primeira* refere-se às diferenças nas composições orgânicas entre capitais que produzem mercadorias homogêneas. Nesse caso, nos deparamos com o dilema do mais-valor extraordinário. A *segunda* observação é que quando mercadorias de qualidades diferentes estão prontas para entrar na esfera da circulação formam-se preços de produção que se transformam em preços de mercado através da interação entre a oferta e a demanda por essa mercadoria. Se considerarmos, para simplificar tal como o fazem Emmanuel e Mandel, que o conjunto de mercadorias lançadas na circulação é equivalente à necessidade social por elas, podemos considerar preços de produção iguais a preços de mercado e podemos chamá-los simplesmente de preços. Nesse caso, passamos a ter uma diferença quantitativa entre valores e preços, o que enseja a questão da diferença entre produção e apropriação de valores.

4. O QUE É, AFINAL, A TROCA DESIGUAL?

Dos erros e acertos levantados anteriormente, nos parece correto descrever a troca desigual como o processo de *troca desigual de valores*. Como a troca se realiza entre compradores de um lado e vendedores de outro, ela se torna desigual quando o valor recebido por uma das partes é diferente do valor cedido pela mesma. Isto só pode ser possível se uma mercadoria A, na qual está cristalizada uma quantidade x de valor, for trocada por uma quantidade de dinheiro na qual, por sua vez, está cristalizada uma quantidade y de valor. Como o preço de mercado (ou valor de troca) define a proporção com a qual as mercadorias particulares são trocadas pela mercadoria-dinheiro, não há nenhuma lei econômica que garanta a realização de trocas de valores. Portanto, a norma das relações comerciais no capitalismo é a própria troca de não-equivalentes, a qual, quando situada no plano das relações internacionais, enseja a forma de imperialismo aqui destacada.

A teoria do valor (e dos preços) de Marx explica essa troca de não-equivalentes em três níveis de abstração distintos, os quais foram objeto de extensa análise em Leite (2017, p. 140-228): (a) a diferença entre valor individual e valor social; (b) a diferença entre valor social e preço de produção; (c) a diferença entre preço de produção e preço de mercado. Em termos sintéticos, o

primeiro nível diz respeito à possibilidade de transferência de valor na concorrência dentro de um mesmo ramo de produção, quando capitais distintos produzem uma mesma mercadoria em bases técnicas distintas, isto é, com produtividades distintas, o que significa que produzem valores individuais distintos. A segunda dimensão – da transformação de valores (sociais) em preços de produção – é aquela onde se situou a polêmica de Mandel contra Emmanuel. A questão aqui é se formam (ou não) preços de produção internacionais através dos quais podemos fazer a comparação com os valores sociais de cada ramo ou país. Embora a abordagem de Emmanuel tenha problemas no encaminhamento da questão, ele assume a formação de preços de produção internacionais, diferentemente de Mandel, para o qual não ocorre esse processo. De uma forma ou de outra, como destacado anteriormente, se existe alguma mobilidade de capital podemos assumir alguma diferença entre valores (sociais) e preços de produção, o que garante a existência da troca desigual de valores nesta dimensão. Por fim, a análise mais concreta efetuada por Marx (e pouquíssimo comentada no debate do imperialismo) diz respeito à diferenciação entre preços de produção e preços de mercado que se manifesta através, por exemplo, do poder de monopólio.

Entendida nesses termos, a troca desigual equivale a um processo de transferência internacional de valores entre capitais cujos processos produtivos ocorram em espaços nacionais distintos. Tal entendimento ajuda a caracterizar (embora não seja completamente suficiente) o caráter dependente de um conjunto de economias nacionais, como argumenta M. D. Carcanholo (2013b):

De forma sintética, a situação dependente se caracteriza pelo fato de que uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas nas economias centrais, e passa a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, e não das primeiras. O processo de transferência de (mais) valor ficou conhecido na discussão dos anos 1960 como *troca desigual*. (CARCANHOLO, M. D., 2013b, p. 194).

Na última frase da passagem supracitada, M. D. Carcanholo indica que o termo troca desigual era utilizado nos anos 1960 para designar “o processo de transferência de (mais) valor” em geral, isto é, sem especificar que se trata de um fluxo de valor a partir do plano da circulação de mercadorias. Na teoria do valor de Marx, entretanto, podemos identificar que a transferência de valor ocorre *exclusivamente* por meio da circulação de mercadorias, ou da troca desigual, *apenas* quando a análise for conduzida em um nível elevado de abstração de tal forma que incorpore somente a existência de capitais industriais (capitais *produtores* de mais-valor independentemente do ramo de produção em que estejam), o que significa uma abstração na qual o mais-valor total não se fragmente em lucro, juro e renda, pois, aqui, também ocorreria transferência internacional de valores.

A forma como os autores da teoria marxista da dependência (que produzem interpretações sobre a realidade da América Latina na mesma quina histórica onde Mandel e Emmanuel elaboraram) parecem compreender a troca desigual é digna de nota. Embora o espaço deste artigo não permita que

nos aprofundemos nesse debate crucial para o desenvolvimento do pensamento marxista sobre o imperialismo, cumpre destacar que algumas das interpretações mais afamadas tomam a troca desigual estritamente no plano comercial, sem incorporar a ela, enquanto conceito, os mecanismos de transferência internacional de valor em níveis mais concretos de análise (via distribuição de lucros, juros e renda). Tanto Marini ([1973] 2005) – conforme destacado pelo próprio M. D. Carcanholo (2013b) – quanto Santos ([1978] 2011) adotam esse entendimento. Para este, a dinâmica dos preços internacionais equivale a um mecanismo de expropriação através da troca desigual, cuja “verdadeira causa [...] deve ser encontrada no caráter monopólico do mercado mundial”, ou, em outras palavras, “a questão dos termos de troca e do comércio desigual é essencialmente um problema de poder econômico” (SANTOS, [1978] 2011, p. 383-384). Quanto à Marini, apesar de tratar da transferência internacional de valor exclusivamente no âmbito do comércio internacional no clássico *A dialética da dependência* de 1973, em outro texto, *O ciclo do capital na economia dependente*, produzido alguns anos depois, aponta acertadamente para outras formas pelas quais essa transferência pode ocorrer: remessas de lucro, pagamentos de juros, royalties, etc (MARINI, [1979] 2012).

Devemos salientar que ao explicar a troca desigual exclusivamente por meio do poder de mercado, ou poder econômico dos monopólios, Santos ([1978] 2011) distancia-se da teoria do valor Marx por dois motivos: por não diferenciar valores individuais, valores sociais, preços de produção e preços de mercado; e por negligenciar o papel dos distintos níveis de produtividade como fator explicativo crucial para o problema.

Katz (2011, p. 142-146) apresenta uma explicação convincente para entender por que uma tradição importante do marxismo – em cujo seio encontra-se Santos ([1978] 2011) – se distancia da teoria do valor de Marx. A tese da substituição da concorrência pelos monopólios, típica da teoria clássica do imperialismo, implicava, supostamente, a insuficiência da lei do valor como mecanismo explicativo dos preços, de forma que a ênfase no capitalismo monopolista por Lenin e Bukharin, mas também por Sweezy e Baran, além de vários economistas keynesianos¹⁰, ajuda a entender por que a troca desigual foi tão marcante para a geração de marxistas do pós-guerra: “os marxistas que compartilharam desse diagnóstico tenderam a prestar mais atenção aos acontecimentos secundários da esfera da circulação do que aos processos determinantes da atividade produtiva” (KATZ, 2011, p. 144). Por exemplo, Santos ([1978] 2011), como destacado anteriormente, trata a dominação externa pela via comercial como resultado do controle monopólico. Marini ([1973] 2005), por outro lado, é rigoroso com a teoria do valor de Marx pois considera, além do controle monopólico, o diferencial de produtividade.

¹⁰ Katz (2011, p. 142) cita Kalecki, Steindl, Joan Robinson, dentre outros.

Mesmo com a retomada recente de estudos resgatando a teoria marxista da dependência no Brasil¹¹, o conceito da troca desigual permanece polêmico, com duas posições divergentes. A primeira posição, defendida por M. D. Carcanholo (2013b, p. 194), expusemos anteriormente. Nesta primeira interpretação a troca desigual é o resultado da distinção entre *produção* e *apropriação* de valor no plano da economia mundial. Por outro lado, a posição de Borges Neto (2011, p. 97) é que “não se pode falar em transferência de valor entre países”. Esta interpretação está baseada em uma leitura da lei do valor que entende que os capitais mais produtivos não se apropriam de valores produzidos por outrem; pelo contrário, por serem mais produtivos, os trabalhos aplicados ali são considerados mais complexos e, portanto, produtores de maior valor¹².

A ênfase direcionada ao comércio internacional como fonte de transferência de valor nos anos 1960 parece estar vinculada com a perda de importância relativa do envio de rendas do capital, especialmente remessas de lucros e dividendos e pagamento de juros da dívida externa – possivelmente resultado da baixa mobilidade internacional do capital observada no período. Não é casualidade que Marini, cuja principal obra data de 1973, tenha tomado a troca desigual apenas através do comércio internacional como o motor que engendra o contraditório desenvolvimento latino-americano.

Portanto, a transformação capitalista pós-1945 e a metamorfose no imperialismo engendraram o desenvolvimento das teorias do imperialismo que culminou com as teorias da troca desigual e da dependência. Este movimento é importante na medida em que desvela a segunda grande forma de manifestação do imperialismo: o comércio internacional de mercadorias.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S., et al. *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de Mexico: Siglo Vientiuno Editores, 1990.
- BAUER, O. *The Question of Nationalities and Social Democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 33, 2011. 83-104.
- BROLIN, J. *The Bias of the World: theories of unequal exchange in history*. Lund University: Human Ecology Division, 2007.

¹¹ Um balanço dessa retomada pode ser encontrado em F. C. Prado e Castelo (2013).

¹² De antemão, podemos adiantar que a essência dessa divergência reside na explicação da mais-valia extraordinária, isto é, se ela ocorre via transferências de valor de capitais menos produtivos para aqueles mais produtivos; ou se ela ocorre porque os trabalhos mais produtivos equivalem a uma quantidade maior de trabalho abstrato e, portanto, produtores de maior valor. Uma tentativa de síntese desse debate está em Cipolla (2003).

- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. *Imperialismo, dependencia y relaciones economicas internacionales*. Santiago (Chile): Publicaciones del Centro de Estudios Socio-Economicos, Universidad de Chile, 1970. 347 p.
- CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013a. p. 71-98.
- CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 191-205, jan./abr. 2013b.
- CARCANHOLO, R. Complementos sobre a mercadoria e o valor. In: CARCANHOLO, R. *Capital: essência e aparência* São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 69-84. (v. 1).
- CARCHEDI, G. *Frontiers of political economy*. London: Verso, 1991.
- CARRERA, J. I. *Renta de la tierra: formas, fuentes y apropiación*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.
- CIPOLLA, F. P. Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais valia extraordinária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 12, junho 2003. p. 87-106.
- EICHENGREEN, B. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- EMMANUEL, A. El Intercambio Desigual. In: AMIN, S., et al. *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de Mexico: Siglo Ventiuno Editores, 1990. p. 192.
- ENGELS, F. [Carta] 12 mar. 1895, London, [para] SCHMIDT, C., Zurich. In: Marx & Engels Collected Works: volume 50 (Letters, 1892 - 1895). Lawrence & Wishard, 2010, p. 262-267.
- FREITAS, R. Preobrazhensky e a acumulação socialista primitiva. In: *Revista Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 9, jul/dez 2017, p. 202-223.
- GROSSMANN, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista: una teoría de la crisis*. Cidade do México: Siglo Ventiuno Editores, 1979.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KATZ, C. *Bajo el imperio del capital*. Bogotá (Colômbia): Espacio Crítico, 2011.
- LEITE, L. M. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx*. 2017. 352 f. Tese (Doutorado em Economia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- LENIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4.ed. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.
- MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: DIFEL, 3 volumes, 1980.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro III*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- PRADELLA, L. Imperialism and capitalist development in Marx's Capital. *Historical Materialism*, London, n. 21, v. 2, 2013, p. 117-147.
- PRADELLA, L. *Globalisation and the Critique of Political Economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.
- PRADO, F. C.; CASTELO, R. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. In: *Anais da Conferência Internacional Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois*. Niterói (RJ): NIEP-UFF. 2013.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSHOWSKY, R. (.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSHOWSKY, R. (.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- RODRÍGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- SALUDJIAN, A. *Leis de funcionamento do capital, níveis de abstração e economia mundial no Capital de K. Marx: alguns elementos de reflexão*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto para Discussão, p. 19. 2014.
- SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. Caracas (Venezuela): Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. 577 p.
- SHAIKH, A. *Valor, acumulacion y crisis: ensayos de economía política*. Bogotá (Colombia): Tercer Mundo Editores, 1990.
- WOOD, E. M. *O império do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.